

ANÁLISE AMBIENTAL DA LAGOA DO PERI*

Gilberto F. Dos Santos**

José T. N. da Silva**

Magaly Mendonça**

Ricardo W. ad-V. Veado**

Introdução

A área estudada situa-se na porção sul da Ilha de Santa Catarina e apresenta características ambientais próprias, facilidade de acesso e ocupação humana que mostra aspectos complexos no que diz respeito ao uso do solo.

Em 1978 foi proposto o plano para implantação do sistema do parque da Lagoa do Peri, realizado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF. A Companhia Catarinense de Saneamento - CASAN, por sua vez, subcontratou serviços hidrológicos em pequenas bacias na Ilha de Santa Catarina, nas quais está incluído o sistema da Lagoa do Peri.

Outras propostas se seguiram em diversos níveis, todas elas voltadas para o melhor uso e preservação da qualidade ambiental da região. Todas elas tem esbarrado constantemente numa série de obstáculos que vão desde os interesses conflitantes de ordens diversas, como por exemplo, a resistência oposta pela população local à escassez de recursos financeiros e orçamentá-

*Trabalho desenvolvido na disciplina de Recursos Hídricos, sob a orientação do Prof. Odair Gercino da Silva.

**Mestrando em Geografia - UFSC - Área de Utilização e Conservação dos Recursos Naturais. Trabalho Desenvolvido em 1986.

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

BAIA NORTE

FLORIANÓPOLIS

S. JOSÉ

BAIA SUL

LAGOA
DO
PERI



0 500 1000 1500 2000 2500 3000 3500 4000 4500 5000 m

DES CAL

rios, advindos da recessão econômica em que se apresenta mergulhado o país.

Os trabalhos realizados até o momento, quer pela CASAN, quer pelo IPUF, mostram com toda a clareza a urgente necessidade de se implantarem estudos mais aprofundados e específicos no sistema hídrico na região em foco.

A presente contribuição tem como meta primordial servir como ponto de partida para os estudos interdisciplinares que se fazem extremamente urgentes para a região.

Aspectos Ambientais

A bacia hidrográfica da Lagoa do Peri, localizada na parte sul da Ilha de Santa Catarina drena uma área de 20,1 km². A Lagoa do Peri possui uma superfície de 5,2 km², atinge profundidades de até 11,0 metros em sua parte leste e se constitui no maior manancial de água doce da referida Ilha. Sua comunicação com o Oceano Atlântico se faz através de um canal extravasor.

A bacia da Lagoa do Peri é constituída geologicamente pelo complexo cristalino pré-cambriano e por depósitos sedimentares quaternários (SCHEIBE e TEIXEIRA, 1970).

O Sistema cristalino é representado quase que exclusivamente pelo granito grosseiro Ilha com intrusões de riolito e diabásio cujos diques obedecem a orientação do sistema de folhamento que é NE/NO.

O complexo cristalino ocupa aproximadamente 75% da área da bacia e constitui o relevo acidentado. Nesta unidade geomorfológica destacam-se cristas angulosas intercaladas por colos e topos. As maiores altitudes estão situadas ao longo da crista que contorna a bacia de captação da Lagoa: Morro da Chapada (440 m), Morro da Tapera (371 m), Morro da Boa Vista (350 m) e Morro do Peri (320 m).

As encostas encontram-se dissecadas, com vales, em geral, encaixados e pouco profundos em forma de V. Em pequenos trechos, certos canais passam de vales em forma de V para vales

mais amplos com fundo chato, que continuam em busca do seu nível de base, através de uma suave queda. A irregularidade das vertentes evidencia a influência estrutural com o destaque de ondulações e rampas que caracterizam os níveis de erosão da superfície.

Nas encostas, exceto na bacia do Rio Cachoeira, encontram-se declividades acentuadas, entre 20 e 45% e superior a 45% em alguns locais. Essas áreas são altamente suscetíveis aos processos erosivos e portanto desfavoráveis a outro tipo de ocupação que não seja a manutenção permanente da cobertura vegetal ou o reflorestamento nas áreas desprotegidas.

A bacia do Rio Cachoeira ao sul da Lagoa apresenta declividade entre 6 e 20%. As áreas com até 20% de declividade são viáveis a ocupação agrícola, desde que os solos não estejam degradados pela erosão.

Os sedimentos recentes são constituídos por areias, argilas e cascalhos. A origem desses pode ser coluvial, marinha, fluvial e eólica. Segundo Bigarella*, nas baixas vertentes do leste encontram-se sedimentos retrabalhados pelo mar, tendo sido retirado o material argiloso e siltoso e depositada areia marinha entre os seixos de depósito anterior. Os sedimentos que formam a faixa da restinga são de origem marinha e eólica enquanto que, os sedimentos de origem fluvial são encontrados no foz do Rio Cachoeira e a montante da confluência do Rio Cachoeira e Ri-beirão Grande.

A unidade geomorfológica sedimentar caracteriza-se por apresentar uma topografia plana ou suavemente ondulada e morfologia típica de atuação dos processos deposicionais, representada pela restinga e planície aluvial, com retrabalhamento pela ação marinha, fluvial e eólica.

Os terrenos sedimentares da restinga e planície aluvial apresentam declividades inferiores a 6%. Entretanto, apenas alguns trechos são viáveis a ocupação com equipamentos leves de lazer. A maior parte desta área está ainda em processo de conso-

*Comunicação oral.

lidação e abrigada por vegetação fixadora, lençol freático muito superficial, desfavorecendo uma ocupação residencial de relativa densidade e mesmo a atividade agrícola em função das características do solo.

Florianópolis apresenta as características climáticas inerentes ao litoral sul brasileiro.

Segundo os critérios de Köpen, a classificação climática da região de Florianópolis é do tipo Cfa. (clima mesotérmico úmido, sem estação seca, com verão quente).

Florianópolis está situada na zona intermediária subtropical, pertencendo ao grupo mesotérmico úmido "C", pois a temperatura média do mês mais frio é maior do que 30°C e menor do que 18°C. Por outro lado, analisando-se o regime pluviométrico, observa-se a inexistência de estação seca. Observa-se ainda que em todos os meses se registra uma altura pluviométrica superior a 60 mm. Verifica-se ainda que a temperatura média do mês mais quente é superior a 22°C, mas que todos os meses têm temperaturas acima de 10°C.

A vegetação da bacia da Lagoa do Peri é constituída por dois tipos bem caracterizados que obedecem estritamente a estrutura geológica local: a Floresta Pluvial da Encosta Atlântica e a Vegetação Litorânea.

Na bacia da Lagoa do Peri, a Mata Atlântica, higrófila, cobre o embasamento granítico de topografia accidentada e desce para a planície quaternária na qual aparece como uma vegetação de transição em contato com a cobertura litorânea. Nesta faixa, devido às condições edáficas, mostra uma fisionomia diversa daquela das encostas cristalinas.

Originalmente, a mata é formada por estratos diversos, desde o arbóreo ao arbustivo. A sinússia das árvores é caracterizada pela grande densidade e heterogeneidade das espécies com espécimes altos, esguios. A quantidade de epífitas e lianas é imensa.

A sinússia herbácea não é muito densa e são abundantes as pteridófitas, as marantáceas e as gramíneas. O caráter tropical

contudo, é mantido pelas bromiláceas, aráceas, orquidáceas, pi-peráceas, gesneriáceas, as lianas, os parasitas e as constrictoras, além de xaxins e palmeiras (CARUSO, op. cit., p.74-76).

Separando a lagoa do oceano estende-se uma estreita faixa de terrenos de sedimentação quaternária. Nesta faixa, os solos pobres em nutrientes e o excesso de umidade fez surgirem espécies com maior agressividade e poder de adaptação. O estrato herbáreo é denso, pois as árvores não impedem a penetração da luz do sol. Dominam as bromeliáceas com muitas espécies. A exemplo da mata da encosta, as epífitas são igualmente abundantes (CARUSO, op. cit., p.70).

A faixa de restinga, com 250 metros de largura, é coberta pela vegetação litorânea. Nesta faixa os solos são formados a partir de sedimentos recentes, de origem marinha, eólica e fluvial, pobres em nutrientes, com altos teores de areia e argila, profundos e sem estrutura. Tais características mostram solos de fraca fertilidade e, portanto despreparados para sustentar uma cobertura mais exuberante. Desenvolveu-se consequentemente, uma vegetação típica de restinga, pouco exigente e plenamente adaptada à escassez de nutrientes e água, com o caráter xerofítico presente em muitas espécies. Não ocorre, portanto um climax sub-julgado ao clima local mas uma plena adaptação da vegetação às condições edáficas (CARUSO, op. cit., p.64).

As plantas não se desenvolvem como na floresta próxima, mas constituem principalmente arbustos que recobrem toda a restinga. No entanto, nos locais onde ocorre uma camada mais desenvolvida de húmus podem aparecer arvoretas mesófilas e higrófilas.

Os principais tributários da bacia da Lagoa do Peri são os rios Cachoeira Grande e o Ribeirão Grande.

A drenagem desses rios apresenta-se encaixada no sistema de falhas existentes no embasamento cristalino.

O Rio Cachoeira Grande tem suas nascentes situadas na cota 280 metros e percorre 1,17 km até desaguar na Lagoa. O curso superior deste rio tem 750 metros de comprimento com declividade

de 0,24 mm; o curso médio se estende por 340 metros com um gradiente de 0,26 m/m. O baixo curso corresponde a um delta de formação com 70 metros de comprimento e com declividade de 0,1 m/m.

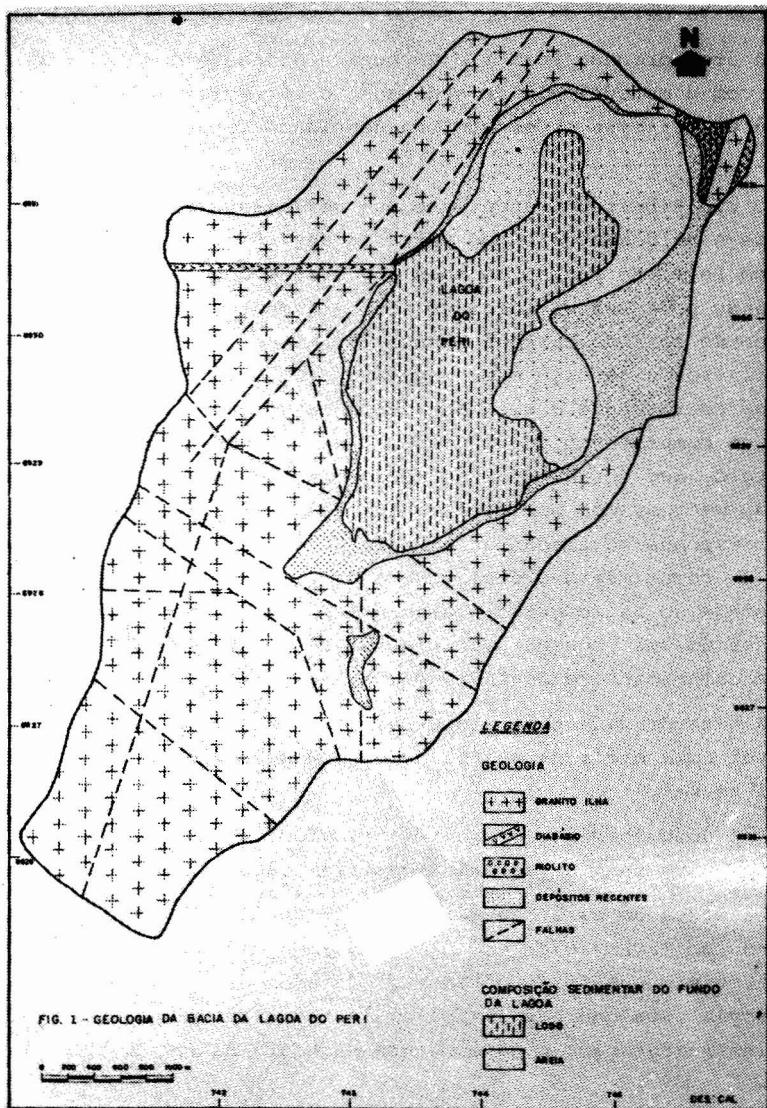
A área drenada pelo rio Cachoeira Grande é de 1,66 km². De acordo com a metodologia de ordenação de Strahler (1964), essa bacia é de terceira ordem com uma densidade de drenagem de 2,15 km/km².

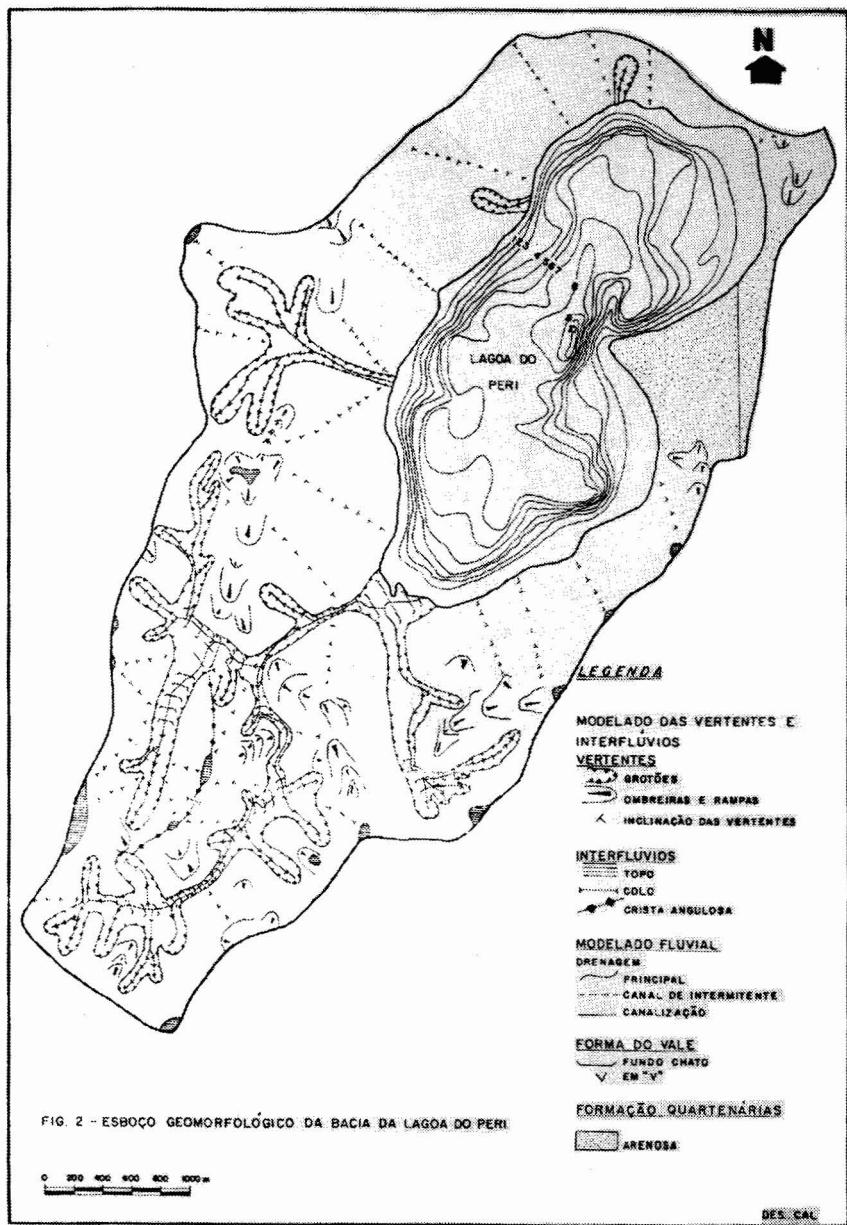
O rio Ribeirão Grande, por sua vez, nasce a 285 metros de altitude e se desenvolve num percurso de 4,6 km até encontrar a Lagoa do Peri. Em função de suas rupturas e declives, o Ribeirão Grande pode ser dividido em cinco segmentos: segmento A, que corresponde ao alto curso e possui 760 metros de comprimento, com declividade de 0,15 m/m; segmento B, é o alvôolo intermontano que corresponde a uma zona de sedimentação quaternária e possui um comprimento de 610 metros e declividade de 0,20 m/m segmento C, que corresponde ao médio curso e tem um comprimento de 1.830 metros, com uma declividade de 0,03 m/m; segmento D, que corresponde ao trecho encachoeirado do médio curso com 600 metros de comprimento e declividade de 0,17 m/m; segmento E, corresponde ao baixo curso, caracterizando-se como meandrante e atravessando uma pequena planície de nível de base com 825 metros de comprimento e declividade de 0,01 m/m.

A área drenada pelo Rio Ribeirão Grande é de 6,98 km² e se constitui numa bacia de quarta ordem com densidade de drenagem de 2,61 km/km².

São desconhecidos os regimes fluviométricos de ambos os rios, bem como suas características físico-químicas.

Os dados de vazão do extravazador da Lagoa, citados nos trabalhos do IPUF (1978) e CASAN (1977), devem ser usados com reserva, visto que foram obtidos em estudos de regionalização, metodologia esta que não se aplica às bacias de pequeno porte e sem instrumentação, como é o caso da bacia da Lagoa do Peri.





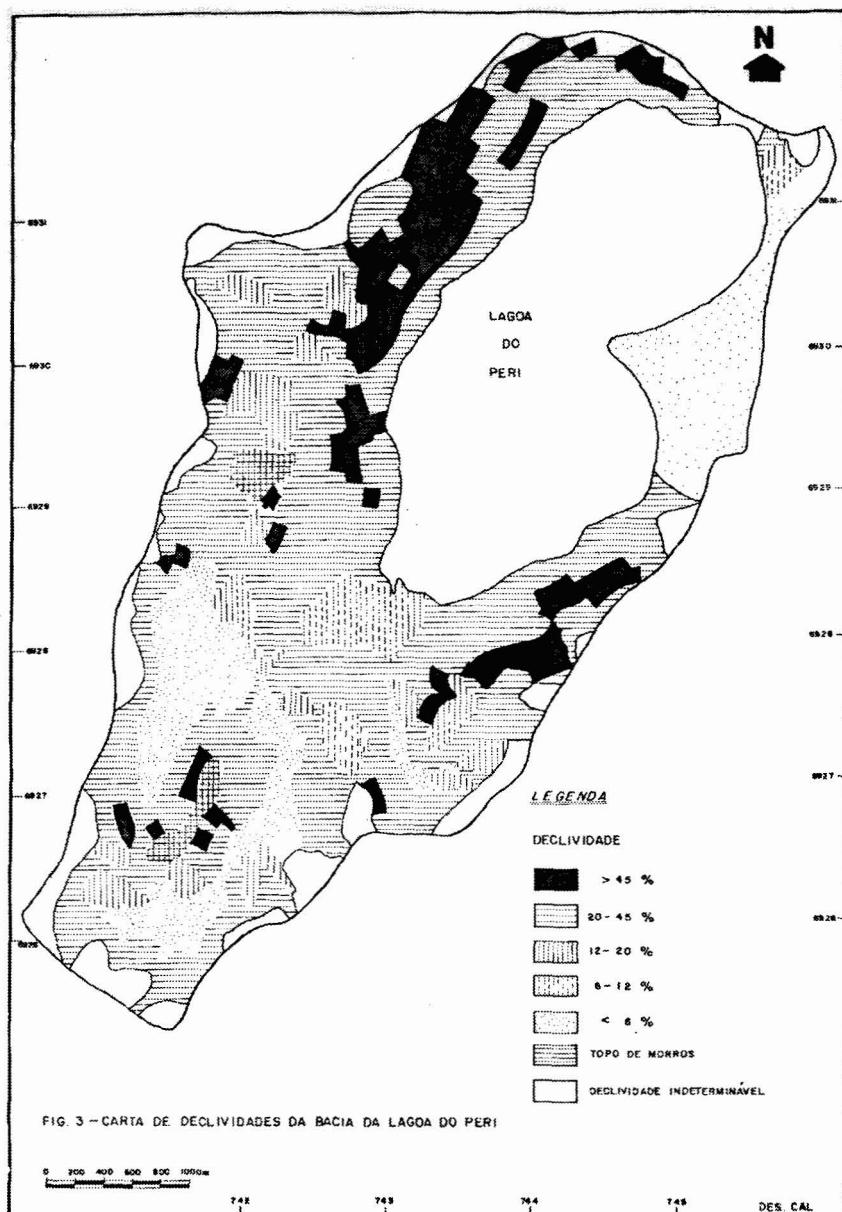


FIG. 3 - CARTA DE DECLIVIDADES DA BACIA DA LAGOA DO PERI

Situação Atual da Vegetação

O intenso desmatamento da Ilha de Santa Catarina teve como causas a agricultura, a extração de madeira para construção e para combustível, desde o uso doméstico até para engenhos, curtumes, olarias e caieiras, o abastecimento de navios e até para exportação - exportava-se para Montevidéu, entre outras cidades. A chegada dos açorianos foi decisiva para o futuro da vegetação da Ilha, que era retirada em grande escala para os fins citados e para a abertura de espaços para edificações que iniciaram o processo de urbanização da Ilha.

A agricultura, entretanto, foi a principal responsável pela ampliação das áreas desmatadas. Desprovido de qualquer técnica, o agricultor empregava os meios mais fáceis ao seu alcance: o machado e o fogo. Sem promover uma rotação de terras, ele ia apenas substituindo as áreas de solo esgotado por outras que desmatava em direção aos morros. O relevo acidentado, desprovido de sua proteção, permitia o rápido escoamento das águas pluviais, com o consequente empobrecimento do solo em bases e a instalação de processos erosivos (CARUSO, op. cit., p.97-104).

O processo de desmatamento atual na Bacia da Lagoa do Peri não tem poupar sequer a vegetação ao longo dos córregos, o que traz problemas sérios aos mananciais hídricos, únicas fontes de abastecimento de água da população local. Uma vez retirada, a vegetação ciliar é substituída pelo pasto natural, usado no sustento da criação de gado, baseada em animais para tração e diminuta produção de leite para consumo local. As pastagens expandem-se em detrimento da Mata Atlântica pelos sopés dos morros e nos vales dos córregos tributários da lagoa (IPUF, 1978).

A diminuição das atividades agrícolas, especialmente o principal produto da região, a farinha de mandioca, tem permitido, por outro lado, a regeneração da vegetação em muitos locais.

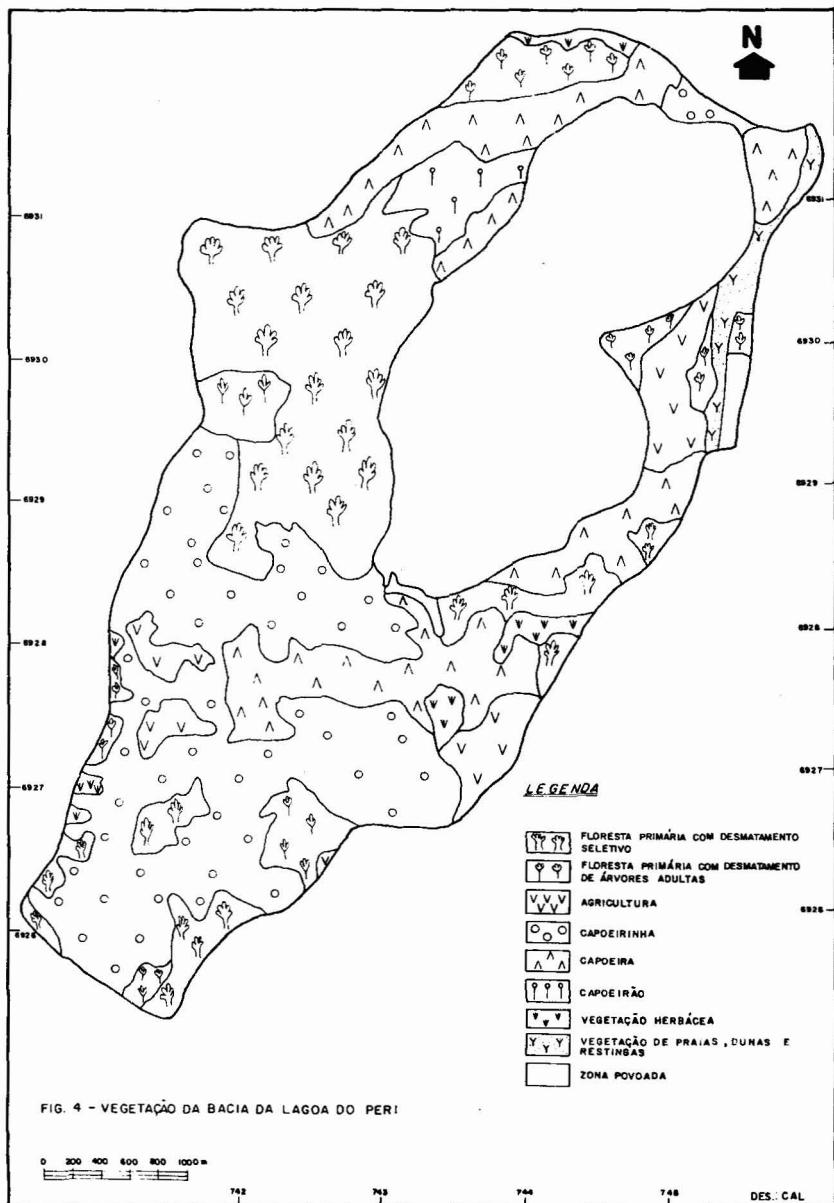
A vegetação secundária, aparece em toda a extensão da bacia, pois muitas áreas antes recobertas por lavouras, ainda que pequenas e de subsistência, encontram-se abandonadas e em processo de regeneração em vários estágios. Em trabalho de campo realizado observou-se a retomada da vegetação em muitos locais

representada pelos estágios de capoeirinha, capoeira e capoeirão (Fig. 11). Caso a mata não seja mais tocada, a tendência é o restabelecimento de seu clímax, o que só se dará em período superior a 100 anos (CARUSO, op. cit., p.116/117). Entretanto, a autora citada acima alerta que dificilmente haverá reconstituição integral da vegetação primária, pois, uma vez retirada a cobertura vegetal original o solo desprotegido perde muito de sua estrutura. Além disso, o solo da Ilha de Santa Catarina é pobre em nutrientes e muito ácido, características que são agravadas pela retirada de sua cobertura vegetal.

A decadência da agricultura não interrompeu a extração da madeira. Atualmente a madeira é retirada para servir de combustível às padarias e restaurantes que possuem fornos à lenha. As madeiras de lei ainda são procuradas para a construção civil e de pequenas embarcações usadas pelos pescadores da baixada. No entanto, sua utilização tem ficado cada vez mais restrita com a diminuição do número de espécimes. Por esta razão, na Bacia da Lagoa do Peri, a vegetação primária da Mata Atlântica pode ser encontrada somente nos topo dos morros, embora muito depredada pela população à cata de madeira para fins diversos.

As vertentes dessa bacia, apresentam-se ainda recobertas pela vegetação. Entretanto, caso não se detenha o quanto antes o processo de desmatamento, breve elas estarão cobertas pelo "capim melado", Melinis minutiflora. Esta gramínea ao crescer, recobre o solo com uma camada compacta que impede a germinação de outras sementes que eventualmente cheguem ao local. Segundo Caruso (op. cit., p.118) a substituição das árvores pela gramínea já ocorre em outros locais da Ilha de Santa Catarina.

O contínuo desmatamento, na bacia da Lagoa do Peri, poderá causar sérios desequilíbrios de ordem ecológica para o sistema hídrico da área. A retirada da vegetação desprotege as vertentes dos morros cristalinos e o processo de erosão facilmente se instala. Os detritos terrosos são transportados para os córregos que alimentam a lagoa, causando o assoreamento da mesma. Este fato, é facilmente observável através dos sistemas da vegetação aquática, que são pouco a pouco soterrados.



Caracterização Sócio-Econômica

A caracterização sócio-econômica apresentada neste capítulo tem por base os dados do IPUF, no Plano Diretor do Parque da Lagoa do Peri. Estes dados foram obtidos por entrevista entre 1977 e 1978. Apesar de já terem se passado vários anos deste levantamento, pode-se observar em visita a campo, que a situação não sofreu expressivas modificações.

O universo populacional em 1978 era de 214 pessoas, organizadas em 54 famílias. Do total da população, 40 eram residentes temporários e 174 permanentes. Do levantamento de 1978 para cá, o que pode ter ocorrido é o aumento dos residentes temporários e o deslocamento de famílias que residiam em caráter permanente para outras localidades da Ilha. Esta tendência é devida por um lado pela desvalorização da terra ocasionada pela eminência de implementação do Parque e por outro pela especulação imobiliária que continua a atuar consequentemente pressionando a não implantação do mesmo.

Os residentes temporários concentram-se na área mais valorizada da Lagoa que é a restinga (parte leste). Nesta área, que representa 19% do total, estavam assentados em 1978, 107 pessoas, ou seja, 50% da população. Esta área é servida pela rodovia SC-406 que chega ao sul da Ilha, sendo privilegiada, por conseguinte, em termos de equipamentos (transportes, escola, comércio, etc). Os moradores desta área já não dedicam-se a atividades primárias; vivem de remuneração de serviços prestados ou de salários empregatícios.

É no Sertão do Peri (na parte montanhosa) que vive a outra parte da população. Os habitantes do Sertão são em geral descendentes do colonizador açoriano e vivem da agricultura de subsistência, associada à fabricação de farinha de mandioca de forma artesanal.

As lavouras produzem, em ordem de importância, mandioca, cana-de-açúcar, feijão e milho. Esta atividade, entretanto, experimenta a decadência provocada pela falta de perspectiva de uma exploração racional dos recursos naturais, nos moldes da so-

ciedade capitalista em que está inserida. Na bacia do Peri como nas demais localidades da Ilha as práticas de exploração da terra são rudimentares e tradicionais. Praticam ainda a coivara. Além disso, há restrições impostas pelo meio físico. A forte declividade associada a práticas impróprias favorecem a erosão e o crescente empobrecimento do solo.

A criação de gado não é expressiva. É feita para tração animal, venda de novilhos e pequena produção de leite. O gado é criado em áreas de lavoura abandonada nos sopés das encostas suaves e fundos de vales (IPUF, 1978).

Quanto à qualidade de vida, ainda segundo entrevistas feitas em 1978, o nível médio de renda familiar é de 1 (um) salário mínimo. Este dado caracteriza uma situação de pobreza geral que espelha-se no tipo de moradia sem móveis domiciliares, vestimentas, condições de saneamento, dieta alimentar e nível de escolaridade.

O grau de escolaridade é baixíssimo, sendo que apenas 53% da população freqüentou algum ano a escola. Do total dos residentes permanentes apenas 10% completou o I grau e 1% o II grau (Pesquisa Domiciliar CCH/UFSC, 1978). No Sertão do Peri há maior concentração de população que não freqüentou a escola. Esta situação é facilmente compreendida pela ausência de escolas no Sertão até 1978 e a dificuldade de acesso às localidades vizinhas.

Quanto à saúde, a realidade constatada é de baixo nível sanitário e deficiências orgânicas decorrentes do próprio sistema alimentar.

No caso de necessidade de atendimento médico/odontológico os moradores da Bacia da Lagoa do Peri precisam deslocar-se às unidades de saúde do Pântano do Sul e Armação.

Uso e Qualidade dos Recursos Hídricos

A água dos mananciais da Bacia da Lagoa do Peri é utilizada, em geral, para o consumo doméstico e atividade agrícola.

O sistema de abastecimento de água é feito através de poços freáticos individuais, fontes e córregos sem nenhum tratamento. Na atividade agrícola é utilizada para a preparação de farinha e cachaça. É utilizada, ainda, em apenas um engenho, como fonte de energia para movimentação de uma roda d'água.

A localização das habitações próximas às fontes e córregos propicia também a utilização dos canais e consequentemente da água como escoadouro de dejetos líquidos e sólidos. Apenas os restos da produção de farinha tem tratamento próprio, pois, por serem venenosos, comprometem imediatamente a qualidade da água, ocasionando inclusive a morte de animais domésticos (IPUF, 1978).

São praticamente desconhecidos os padrões de qualidade físico-química dos recursos hídricos da bacia. Nem mesmo os órgãos públicos que se ocupam com a problemática da qualidade das águas, como a CASAN e a FATMA, dispõem desses dados.

Em trabalho realizado para o IPUF, o Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina efetuou no período de 1 a 20 de fevereiro de 1978 uma operação de campo intensiva com vistas a caracterizar o ecossistema aquático da Lagoa. Nesse trabalho não foram feitas amostragens nos dois principais rios que demandam à Lagoa. Em alguns pontos da Lagoa, o CCA/UFSC determinou os níveis de pH, oxigênio dissolvido e clorretos.

Atualmente a água da Lagoa é utilizada para lazer, pesca de subsistência, higiene pessoal e lavação de roupa.

Atualmente a CASAN iniciou obras para aproveitamento do manancial da Lagoa do Peri, para mediante captação e tratamento, abastecer a população do sul da Ilha, estimando-se a capacidade de atendimento para 30.000 habitantes aproximadamente, considerando-se o padrão de consumo de 175 litros/habitante/dia.

Plano Diretor do Parque da Lagoa do Peri

A área estudada, neste trabalho, compreende a área de abrangência do Parque da Lagoa do Peri.

O Plano Diretor do Parque da Lagoa do Peri foi elaborado em 1978 pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis com a colaboração de entidades como a FATMA e a UFSC através da FAPEU, CCH, CCA e Horto Botânico.

Os objetivos propostos pelo IPUF para implantação do Parque podem ser resumidos nos seguintes:

- Fixar normas para o uso da Lagoa, prevendo os equipamentos e instalações mínimas que possam garantir sua utilização como reserva territorial e cultural de interesse ecológico, científico e paisagístico compatibilizando seu aproveitamento ao interesse de ampliar a oferta de áreas e equipamentos à recreação e ao lazer.

- Proteger o manancial hídrico da Bacia da Lagoa do Peri de modo a permitir uma utilização adequada de seu potencial, visando abastecer a população do sul da Ilha de Santa Catarina.

- Preservar o patrimônio natural representado pela fauna, flora e paisagem, de modo que possa ser utilizado como área de "interesse ecológico" e de pesquisa científica.

- Aproveitar as condições peculiares de sua paisagem natural e cultural para o adequado desenvolvimento de atividades educativas, de lazer e recreação.

Para o alcance desses objetivos foram delimitadas três áreas que tiveram seu uso estruturado para a compatibilização entre preservação dos recursos naturais e atividades humanas.

Estas três áreas são denominadas e caracterizadas, segundo o IPUF, como:

Área de Reserva Biológica

É de preservação permanente e plena dos recursos naturais. É constituída de florestas primárias que ocupam as encostas mais abruptas e partes altas dos morros, sendo permitido, exclusivamente, seu uso para fins científicos e educacionais. É a área de importância fundamental ao manancial hídrico da Lagoa.

Área de Paisagem Cultural

Corresponde as porções de terras em que são desenvolvidas as atividades agrícolas a nível de subsistência e de transformação de caráter artesanal. A manutenção das atividades tradicionais e a permanência dos atuais moradores significam a curto e médio prazo, uma forma de garantir a própria preservação dos recursos naturais da localidade. A longo prazo, dada a tendência natural de decadência dessas atividades, poderá se transformar em área de parque dos engenhos pelo importante patrimônio cultural já instalado.

Área de Lazer

Corresponde a área da restinga e da própria Lagoa onde se pretende conciliar a preservação dos recursos naturais com a utilização para objetivos científicos, educacionais e de lazer.

O Plano Diretor do Parque da Lagoa do Peri, acima resumido, já foi aprovado pela Câmara dos Vereadores, porém, ainda, não foi implantado. Na verdade não existe uma data para implantação do Parque e a justificativa é a falta de verbas para as desapropriações necessárias e para a construção dos equipamentos necessários ao funcionamento do Parque e a contratação de pessoal.

A implantação do Parque é de suma importância dado o seu valor ecológico para a Ilha. Ele significa uma das últimas reservas da Mata Pluvial Atlântica e um refúgio para diversas espécies de fauna nativa que está em extinção. Além disso, é um dos poucos mananciais de água doce com que pode contar a população do sul da Ilha.

O Plano proposto pelo IPUF apresenta propostas interessantes, principalmente, pela iniciativa de combinar preservação ecológica com preservação cultural, fins científico-educacionais e lazer.

A demora na implantação do Parque, entretanto, está contribuindo para degradação e descaracterização do mesmo. Depois de aprovada a lei, construções particulares foram erguidas às

margens da Lagoa e o desmatamento e queimadas são rotina para a Bacia. Todas essas infrações e outras já foram denunciadas e fotografadas por entidades ecológicas e pessoas ou entidades interessadas na preservação da Bacia da Lagoa do Peri. Além disso, a população tradicional que deveria ser preservada com sua atividade, como patrimônio cultural, está abandonada. Os solos pau-perizados e uma atividade pouco valorizada, como a pequena produção agrícola obriga essa população buscar no centro da cidade condições de sobrevivência, muitas vezes, se desfazendo de sua propriedade. Essa troca de proprietário é, ainda, mais nociva para os objetivos de preservação, pois é feita com pessoas que tem por objetivo a especulação.

A implantação do Parque do Peri se constitui, hoje, numa prioridade para uma política de Preservação do Meio Ambiente e de melhorias da qualidade de vida.

Conclusões e Recomendações

Dos aspectos e resultados levantados neste trabalho e diante do propósito nele assumido, procurou-se, através de um caminho preliminar, o estudo e a caracterização da Bacia da Lagoa do Peri.

Os resultados obtidos são importantes para o melhor entendimento dos fenômenos ligados ao processo de desenvolvimento da região estudada.

Alguns itens incontestavelmente essenciais para a melhor compreensão da dinâmica da área não puderam ser tratados com maior profundidade neste trabalho, face a carência de dados. A exiguidade destes dados não permitiu uma avaliação dos mecanismos e da verdadeira amplitude da integração homem-ambiente.

No que diz respeito à qualidade dos recursos hídricos, praticamente inexistem informes nos órgãos que se ocupam da problemática da qualidade da água e do meio ambiente. Conforme ficou evidenciado no texto só se tem conhecimento de um levantamento da qualidade das águas da Lagoa do Peri realizado numa campanha in-

tensiva de curta duração desenvolvida pelo Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina.

Cabe ressaltar que o manancial hídrico da Lagoa será utilizado pela CASAN com a finalidade de abastecimento das populações do sul da Ilha, como foi igualmente mostrado ao longo do texto.

Através de análises realizadas "in loco" na região, pode-se constatar, por outro lado, um intenso movimento de retirada de espécimes vegetais nativos localizados em trechos críticos, como, por exemplo, as cabeceiras dos rios que abastecem a Lagoa. Fica patente, portanto, a perda da qualidade da água usada pela população que reside na bacia.

A vegetação original dentro do perímetro da bacia encontra-se já bastante alterada, quer em sua composição florística quer em seus limites.

A bacia apresenta-se em certos trechos - que não são pequenos - completamente devastada em virtude do avanço das frentes de desmatamento cujo objetivo final é o abastecimento de fornos a lenha, especialmente, padarias e restaurantes da cidade.

O processo de desmatamento associado a forte declividade e ao mau uso do solo tem dado lugar à lixiviação e à consequente perda de nutrientes. O emprego errôneo do solo dá origem a áreas onde são intensificados os processos de erosão acelerada. Com isso, tem havido uma perda progressiva do solo superficial e um consequente assoreamento da Lagoa cuja tendência, mantidos os parâmetros atuais, é agravar-se. Desnecessário é salientar que o programa de abastecimento de água da CASAN para a população local ficará seriamente comprometido.

As análises qualitativas levadas a efeito pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF, na área, permitem concluir que, pelas atuais condições da economia local, calcada em atividades ligadas sobretudo à agricultura de subsistência, a bacia vem sofrendo um processo progressivo de esvaziamento demográfico com a população, especialmente os jovens, procu-

rando melhores colocações na sede do município.

A emigração da população local tem permitido que pessoas de outras áreas ocupem a bacia da Lagoa ferindo um dos objetivos do Plano Diretor do Parque, que é o da preservação cultural. Essa mudança da população implica, ainda, num agravamento do processo de degradação ambiental, já que o uso dos recursos é intensificado e ampliado, passando de agricultura de subsistência para uma agropecuária mais intensa e um extrativismo vegetal com fins comerciais.

Este processo pode ser visto, hoje, em escala aceleradas na parte sul da bacia, onde a prática de queimadas para formação de pastos e plantações é o lugar comum.

O estudo elaborado permitiu perceber que além dos problemas intrínsecos à área da bacia do Peri, outros poderão advir com intensidade e gravidade crescentes dada a limitação de levantamentos padronizados.

Ao se apontar esta limitação não se quer, de maneira alguma, negar a relevância dos levantamentos gerais, os únicos capazes de fornecer uma visão abrangente da realidade.

Sugere-se, contudo, a conveniência da observação de algumas recomendações que servirão de subsídios para o desenvolvimento de um plano de ação:

- Implantação imediata do Parque da Lagoa do Peri, com a fixação da população tradicional através de atividades como fiscalização e reflorestamento. Evitar novas construções particulares às margens da Lagoa e a continuidade de degradação do ambiente (desmatamento, poluição das águas, etc).

- Em face do adiantado estado de degradação do ambiente e da implantação de equipamentos para abastecimento de água, se faz necessário um acompanhamento da dinâmica ambiental. Para esse acompanhamento é fundamental a instalação de um laboratório, de uso multidisciplinar, para o levantamento de dados básicos em nível de detalhamento para realização de estudos que melhor definam:

- o regime pluviométrico;
- vazões afluentes;
- balanço hídrico;
- comportamento ecológico e hidrodinâmico da Lagoa em face a eventual sobrelevação do seu nível;
- características físicas, químicas e biológicas das águas;
- monitoramento da qualidade das águas;
- dinâmica dos processos geomorfológicos.

- A implantação de equipamentos para a execução de levantamentos e estudos é urgente, uma vez que os mesmos demandam prazos relativamente longos mas que são fundamentais para um aproveitamento compatível dos recursos naturais, como por exemplo, o aproveitamento de água para abastecimento.

- A implantação de equipamentos para abastecimento de água deve ter como critério básico a existência de dados mais expressivos sobre o regime hidrológico, uma vez que sistemas lagunares semelhantes já desapareceram por assessoramento.

- Para realização dos levantamentos, estudos e planos propostos, há absoluta necessidade de definição do mecanismo institucional que promova a coordenação das entidades e colegiados atuantes ou com interesse e também assegure os recursos econômicos e financeiros necessários.

- As iniciativas de caráter geral, visando coordenação e integração de entidades atuantes, não deverão postergar medidas mais urgentes, relativas à preservação do Parque.

Em termos imediatos, deverá ser constituído um grupo de trabalho composto por profissionais, técnicos e representantes das instituições, como também da população local, com vistas a tecer um programa de estratégias para a Bacia da Lagoa do Peri.

Bibliografia

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina.* 2.ed., Florianópolis, Lunardelli, 1970. 458p.

CARUSO, Mariléa Martins Leal. **O desmatamento da Ilha de Santa Catarina de 1500 aos dias atuais.** Florianópolis, UFSC, 1983. 160p.

FERRI, Mário Guimarães. **Vegetação brasileira.** São Paulo, USP, 1980. 157p.

IPUF. **Plano Diretor do Parque da Lagoa do Peri.** Florianópolis, 1978.

JUSTUS, A.M. do R. **Contribuição aos estudos dos paleosolos da Ilha de Santa Catarina.** Salvador, Universidade Federal, Instituto de Geociências, 1985. Dissertação de Mestrado.

KLEIN, Roberto M. **Mapa fitogeográfico do Estado de Santa Catarina.** Itajaí, Herbário "Barbosa Rodrigues", 1978. 24p.

POSSAS, Heloísa P. **A erosão nas bacias dos Rios Cachoeira Grande e Ribeirão Grande.** 1984. Monografia de Graduação em Geografia. Inédito.

SCHEIBE, L.F. & TEIXEIRA, V.H. **Mapa Geológico da Ilha de Santa Catarina,** 1970.

SILVA, A.D. et alii. **Estudos da qualidade ambiental da área de área denominada "Lagoa da Conceição".** Inédito.